

DEMOGRAFIA DE POVOAMENTO: SÃO PAULO, 1532-1900,
UM TERRITÓRIO EM CONSTRUÇÃO*

Jaelson Bitran Trindade**

Demografia Histórica e Genealogia

Em 1984, os *Annales de Démographie Historique*, da Société de Démographie Historique, tiveram como tema central a questão Demografia Histórica e Genealogia, expressando o interesse que a matéria vinha apresentando e as discussões que suscitava. O caráter genealógico das reconstituições de famílias, com a designação de “genealogias sociais” emergia, em contraposição à genealogia clássica.

A importância maior, assinalada pelos textos, é o fato das reconstituições de famílias, com encadeamentos genealógicos, permitirem o aprofundamento do estudo da mobilidade geográfica e social.

Para a história social que expressa o fenômeno de implantação de um agregado populacional num dado território e de renovação dessa população à base de suprimentos externos a ele, via migrações, como é o caso do povoamento/colonização do Brasil, é relevante o debate inserido nos *Annales* sobre as relações entre a demografia histórica, a genealogia e a história social, tratado na primeira parte (a segunda referia-se à demografia histórica, genealogia e genética) da publicação: o recurso às genealogias era uma resposta da demografia histórica para enfrentar problemas da natureza do nosso: migrações, imigrações.

Há 16 anos, essa reunião de textos tinha o objetivo de ajustar métodos, demonstrar e afirmar a importância da genealogia para a história social, via estudos de demografia. E de considerar as limitações que oferecia o método tradicional de reconstituição de famílias, apoio de monografias paroquiais: Adeline Daumard, p. ex.,

* Este artigo, ora revisto e ligeiramente ampliado, foi inicialmente apresentado ao XII Encontro Nacional da ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais, GT – Demografia e História, Caxambu – MG, 2000, cujos *Anais* são acessíveis na mídia eletrônica, na página-web daquela Associação.

** Historiador, Doutor em História Social, IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 9ª SR/SP, Ministério da Cultura.

buscava diferenciar o método de estudo demográfico que incorporava os encadeamentos genealógicos designando-o “genealogias sociais”. Não um aproveitamento/apropriação da genealogia clássica pelo método de reconstituição de famílias, mas o estabelecimento de variáveis mais complexas que permitam caracterizar a condição social dos diversos membros de uma família e a evolução da situação dos indivíduos e dos casais.¹ Os cinco estudos que compõem o setor 1 desse volume dos *Annales*, oferecem uma base crítica para uma aproximação das genealogias e proposições de trabalho a partir delas.

Antes, em 1976, Louis Henri, publicara nos *Annales* um artigo com o título *Généalogies et démographie historique*, fruto de uma reunião da Société de Démographie Historique, feita no ano anterior, sobre o tema “o que são as genealogias para os genealogistas e o que deveriam ser para os historiadores-demógrafos e os demógrafos”.² Esta última questão teve, com Louis Henri, “um início de resposta”, como disse Jacques Dupâquier, num artigo incluído no livro *População e Sociedade*, editado no Brasil (org. Maria Luiza Marcílio) em 1984, mesmo ano do número temático dos *Annales*. E o autor observa: “Sob a condição de serem completas e de abrangerem um meio definido, as genealogias constituem-se em excelente material para a construção da história social”.³

A reconstituição de famílias, com as fichas reagrupadas por genealogias, na linha desenvolvida por Louis Henri, já mostrava a capacitação desse procedimento para apreender a mobilidade geográfica e espacial. Em 1983, informa Dupâquier, o Laboratório de Démographie Historique da École des Hautes Études en Sciences Sociales desenvolvia “uma pesquisa sobre a mobilidade geográfica e social na França, para os séculos XIX e XX, utilizando o método da reconstituição de famílias”.⁴

Naquele momento, a contribuição da genealogia para o projeto era indispensável, mas as expectativas daquele historiador-demógrafo, em 1983, dado ao imenso trabalho que se apresentava ao historiador, era também de que os genealogistas estivessem dispostos a adotar “os rigorosos métodos da demografia histórica”. A expectativa, aliás, dos demógrafos que participavam dos debates da Société de Démographie Historique, era não só de que os genealogistas se engajassem no método

¹ DAUMARD, Adeline, les généalogies sociales, in *Annales de Démographie Historique, Société de Démographie Historique*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984, págs. 10-11

² DUPÂQUIER, Jacques, demografia histórica e história social, in *População e Sociedade: evolução das sociedades industriais*, organizado por Maria Luiza MARCÍLIO, Petrópolis, Vozes, 1984, p. 28.

³ Idem, p. 29.

⁴ Idem, p. 43.

de reconstituição de famílias, mas de que houvesse uma intensa colaboração entre eles e os demógrafos.⁵

Naquela altura, 1984, Dupâquier acreditava que as experiências em curso na França, se levadas “*a bom termo*”, seriam

de grande importância para a orientação da demografia histórica. Pesquisas similares poderiam ser empreendidas nos vários países”, com metodologias adaptadas”. Tal método (reconstituição de famílias) e suas técnicas possibilitariam extrair das fontes “o romance verdadeiro do povo francês”.⁶

A experiência francesa se apoiava, enfim, “na convicção de que o **estudo da mobilidade geográfica e social** não poderá levar a resultados satisfatórios a menos que se recorra à micro-análise e, mais precisamente, ao método de reconstituição de famílias, modificado de maneira a trazer à luz **os laços genealógicos**” (negritos meus).⁷

As genealogias descendentes são reconhecidas como as de maior interesse do ponto de vista demográfico. O recurso às genealogias descendentes vinha ajudando a contornar problemas que oferecem as genealogias paroquiais ou famílias reconstituídas dentro de uma paróquia. Os demógrafos tiravam mais proveito das genealogias descendentes que das genealogias paroquiais. “É preciso sublinhar de novo aqui – dizem Bideau e Poulain – que as famílias cuja mobilidade espacial é intensa escapam frequentemente dos estudos demográficos do tipo ‘reconstituição de famílias’ ao nível de uma monografia local”.⁸

Conforme assinalam Jette e Charbonneau, num dos textos dos *Annales* 1984, “só as **descendências reconstituídas completas** respondem de maneira adequada às exigências dos demógrafos desejosos de preencher as fichas de família” (negritos meus). De fato, **as genealogias descendentes** deram respaldo para se mensurar as migrações e a mortalidade adulta, ou seja, para enfrentar o problema fundamental da **renovação das populações**,⁹ porém, dado o esforço que demandam os vastos projetos de conjuntos paroquiais tratados demograficamente, preconizava-se a colaboração intensiva entre demógrafos e genealogistas.

⁵ BIDEAU, Alain e POULAIN, Michel, De la généalogie à la démographie historique: généalogie ascendante et analyse démographique, in *Annales de Démographie Historique, Société de Démographie Historique*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984, p. 55.

⁶ DUPÂQUIER, Jacques, op. cit., p. 45

⁷ Idem, p. 46.

⁸ BIDEAU, A. e POULAIN, M., p. 55.

⁹ BIDEAU, A. e POULAIN, M., p. 55.

Os dois historiadores, entretanto, se dão conta que, para infelicidade dos demógrafos, as genealogias descendentes completas, ideais, são raras na França. Além disso, os trabalhos pioneiros de demógrafos na utilização dessas fontes mostraram o valor mas também os limites das “descendências reconstituídas” pelos genealogistas.¹⁰ No geral, a representatividade das genealogias elaboradas fora dos círculos demográficos é, na prática senão também de direito, inevitavelmente restrita.

Em fim, a utilização de genealogias descendentes completas para fins de uma análise demográfica traz, sem dúvida, problemas: problemas de representatividade para os objetivos que não aqueles da genealogia tradicional.¹¹ A reconstituição de famílias é definida pelas fontes coletadas, mas a extensão de uma reconstituição de descendentes, medida em termos de indivíduos, de eventos demográficos e de informações suplementares, varia em função das intenções de seu autor.¹²

Coloca-se, pois, o problema da definição do grupo social ilustrado pelas genealogias descendentes que se tornam acessíveis aos demógrafos, de como foram escolhidos certos conjuntos de famílias: ou o pequeno número de indivíduos em causa ou a seleção social feita colocam em questão a representatividade.

E não só. Há, entre outras coisas, nas genealogias descendentes, o caso das lacunas, tanto de indivíduos como de eventos demográficos. Faltam geralmente – na avaliação dos demógrafos franceses - falecimentos de adultos, nascimentos das mulheres, omissões ou imprecisões quanto ao nascimento ou falecimento de crianças antes da idade adulta; há omissões com relação às crianças e jovens.... Omite-se, pois, indivíduos. Mas, para além dessas questões, existem aquelas que dizem respeito à mobilidade: a árvore genealógica familiar é amputada de uma parte de seus ramos cada vez que seu autor não dar seguir no âmbito regional ou nacional, os indivíduos ou casais que se afastaram definitivamente do local. Os demógrafos terão que estar seriamente atentos a tudo isso.

As lacunas que se observam, porém, nos trabalhos da genealogia clássica, constituem gravames tanto para as reconstituições de famílias quanto para os estudos de mobilidade; são inconvenientes próprios de trabalhos demográficos realizados a partir de genealogias. Elas são ponto de partida, base para a colocação de questões, para

¹⁰ JETTE, René e CHARBONNEAU, Hubret, *Généalogies descendantes et analyses démographiques*, in *Annales de Démographie Historique*, Société de Démographie Historique, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984, p. 47.

¹¹ JETTE, R. e CHARBONNEAU, H., p. 47.

¹² Idem, p. 46.

afinação dos métodos de “reconstituição de famílias”; ou seja, extremamente úteis desde que se faça uma avaliação criteriosa tanto dessas genealogias descendentes como das ascendentes.

Se mantém, entre os especialistas, a expectativa de que “os genealogistas poderiam trabalhar melhor”, caso os demógrafos, num diálogo com eles, consigam que nos seus procedimentos passem a seguir o método de “reconstituição de famílias”: apesar disso vir a exigir daqueles infinitas horas mais de trabalho, tanto melhor para a demografia. Mas, como dizem Jette e Charbonneau, enquanto isso não acontece, “é possível ainda tirar partido do material existente”.¹³

O recurso às genealogias contribuiu para e encorajou a produção e a análise das reconstituições e famílias. Só as “‘descendências reconstituídas’ oferecem ainda pistas de pesquisa aos demógrafos, excetuados, é claro, os vastos projetos de reconstituição de famílias que se estendem sobre um conjunto de paróquias limítrofes”.¹⁴ São esses que permitem apreender as relações entre mobilidade espacial e os fenômenos demográficos, que escapam às reconstituições empreendidas em uma só paróquia.

Qual foi a ressonância desses debates na prática da demografia histórica brasileira? Ecos distantes.¹⁵ Nem mesmo o estudo tradicional das elites, na linha que foi traçada por Louis Henri (1956), L. Henri e C. Lévy (1960) e T. Hollingsworth (1964),

¹³ JETTE, R. e CHARBONNEAU, H., op. cit., p. 50.

¹⁴ Idem, p. 50.

¹⁵ É inusual entre nós o apelo à genealogia no sentido de entender o processo de estruturação de uma sociedade num dado território, analisando a configuração das redes sociais; entretanto, a ausência de genealogias regionais – são raras as que existem – limitam o seu uso nessa perspectiva. Mas vale atentar para duas experiências: Alida METCALF (1983), hoje professora da Trinity University, EUA, e João FRAGOSO (2000), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, utilizaram as genealogias de famílias-tronco de povoamento em apoio a estudos dessa natureza. Fragoso realiza um estudo sobre as elites, com recurso à genealogia, entre outras fontes, intitulado *A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XV e XVII) - Topoi* (p. 45-122), revista de história do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nº 1, Setembro 2000. Nele, faz uso das genealogias elaboradas por Carlos RHEINGANTZ, publicadas em 3 volumes entre 1965-1967 pela Ed. Brasileira do Rio de Janeiro, com o título de *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro (Séc. XVI e XVII)*. Um trabalho como esse de Rheingantz, visando famílias-tronco (transformadas em “famílias senhoriais” por Fragoso) de uma comunidade ampla como a da região fluminense, dialogava bem com um estudo como aquele sobre as redes familiares de elite (“nobreza da terra”) e as estratégias econômicas, sociais e políticas estabelecidas para assegurar a sua hegemonia sobre a sociedade colonial do Rio de Janeiro do século XVII. Os estudos de Alida METCALF, por sua vez, recaem sobre São Paulo. A sua tese de doutorado, *Families of Planters, Peasants, and Slaves: Strategies for Survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820*, de 1983, foi publicada em livro pela Universidade da Califórnia em 1992 com o título *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822* e reeditada em 2005 pela Universidade do Texas – o livro ainda não foi vertido para o português, sendo difícil, portanto, seu acesso. Alida estuda os padrões de relacionamento entre famílias e cada classe social e a fronteira, nos processos de ocupação territorial. A interação entre as famílias e a fronteira, segundo Metcalf, tornou-se visível não só pela repetição dos nomes de família como pela repetição de padrões de migração, tendo em vista a partilha de bens, num estudo que privilegia as redes familiares, as estratégias familiares (o padrão concernente ao casamento e à herança).

entre outros, ou trabalhos aparentados, como o estudo que realizou Peter Burke sobre as elites européias de século XVII, com base em Veneza e Amsterdã,¹⁶ inspiraram novas abordagens das elites brasileiras da “era pré-estatística”.

Mas, se o projeto de estudo francês contou com uma fecunda produção genealógica nacional a partir de meados do XIX e, na atualidade, com a colaboração das associações de genealogistas, o panorama brasileiro nesse aspecto não era, nos anos de 1980 e ainda hoje, nada animador. A falta de uma base genealógica “robusta” - o caso de São Paulo se diferencia um tanto das demais regiões, como se verá - para impulsionar projetos de magnitude, voltados para os espaços regionais e nacional, certamente pesou de forma negativa para que perspectivas mais alentadas no plano da demografia histórica, como aquelas expressas no livro *População e Sociedade* (São Paulo, 1984) por Dupâquier, e nos *Annales de Démographie Historique* (Paris, 1984), não fossem cogitadas entre os nossos especialistas. Mas, isso não pode ser a única resposta, é claro.

As dificuldades existentes obstavam que se colocasse em discussão, entre os estudiosos brasileiros, a problemática? Não era o caso de avaliar as dificuldades e potencialidades da situação brasileira, os modelos e vias de trabalho? Não era o caso de partir para construir, pouco a pouco, as bases desses estudos? O que se tem passado em relação a isso, aqui, nesses últimos 16 anos?

O “país dos paulistas”

No Brasil, a demografia histórica ainda não travou essa discussão e/ou diálogo com as abordagens genealógicas. A produção genealógica “clássica” reina solitária. Certamente, são raros os trabalhos em nosso país que tendem para uma genealogia descendente “completa”. No geral, tendem a contemplar as ascendências do autor, o apanágio de um tronco, ou das elites de uma localidade, micro-região ou região, senão satisfazer pretensões aristocráticas. Assim mesmo, ainda que restrita em vários sentidos, a produção genealógica não é de todo desprezível do ponto de vista quantitativo.

O historiador José Honório Rodrigues observava que, “os estudos genealógicos no Brasil, como acentuou Gilberto Freyre, em geral foram realizados superficialmente para atender à vaidade de barões do Império e de *snoobs* da República, carecendo de

¹⁶ BURKE, Peter, *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*, São Paulo, Brasiliense, 1991.

realismo e de profundidade que correspondam às necessidades puramente científicas. E manifesta o desejo de que tais estudos tomassem um cunho mais social”.¹⁷ A avaliação de Rodrigues sobre o tema é, entretanto, extremamente sumária.

No panorama da genealogia brasileira existem apenas duas obras de fôlego, abrangendo grandes regiões e largos períodos, , ambas datadas dos primeiros anos deste século. E ambas relativas à região que constituiu, desde o século XVI até meados do século XIX a antiga Capitania e depois Província de São Paulo. São, a *Genealogia Paulistana* (S. Paulo, 1903-1905), em 9 volumes,¹⁸ de autoria de Luís Gonzaga da Silva Leme e a *Genealogia paranaense* , (Curitiba, 1926-1928), em 5 volumes, de autoria de Francisco Negrão.

A obra de Silva Leme tem, como suporte, as condições históricas bastante peculiares de São Paulo, por conta de seu belicoso “bandeirantismo” secular (economia de “frotas do sertão” - armações de guerra de apresamento de populações indígenas e exploração econômica delas; amestiçamento com indígenas) e, de uma ideologia “neo-bandeirantista” que coroa a saga da cafeicultura a conquistar progressivamente todo o território paulista, inclusive a terça parte “desconhecida”, a partir da 4ª década do século XIX. A obra de Francisco Negrão, relativa a uma região de autonomia recente (deixa de fazer parte da Província de S. Paulo em 1854) e de recente avanço sobre imensos vazios territoriais e acolhimento de imigração alemã e italiana, é tributária da obra de Silva Leme.

Durante anos, Silva Leme vasculhou todo aquele conjunto de fontes básicas que os programas de “reconstituição de paróquias” ou “genealogias sociais” utilizam, numa ação “transparoquial”: inventários, testamentos e registros paroquiais.

Ele assim expõe, na Introdução, aos seus virtuais leitores:

A vossa benevolência entregamos este trabalho genealógico fruto de doze anos de pesquisas nos arquivos de diversas localidades de S. Paulo e em algumas de outros Estados (...).

Neste trabalho não nos limitamos a descrever somente as famílias que têm sua nobreza firmada em brasões; mas incluímos, como o fez Pedro Taques, muitas outras que, oriundas de troncos humildes, meros povoadores, se tornaram nobres pelos seus feitos e cooperação no engrandecimento de nossa terra (...). Por mais que desejássemos não

¹⁷ RODRIGUES, José Honório, *Teoria da história do Brasil (Introdução Metodológica)*, São Paulo, Editora Nacional, 3ª ed., 1969, págs. 260-261.

conseguimos escrever a historia juntamente com o desenvolvimento das famílias; outro tanto de tempo seria necessário para a consulta dos arquivos das câmaras municipais e bibliotecas, o que seria tarefa insuperável para um só homem; entretanto, damos no correr desta obra muito resumidamente o pouco que podemos colher nos inventários e testamentos.

Em relação a genealogia paulistana trasladamos conscienciosamente para aqui tudo quanto de interesse encontramos nos arquivos das igrejas e nos cartórios de órfãos e provedorias até o ano de 1800, e descemos até 1840 em relação a algumas famílias como sejam: Camargos, Arrudas, Lemes e outras.

"Examinando os documentos dos arquivos tivemos ocasião de verificar que Pedro Taques foi consciencioso na confecção da sua Nobiliarquia Paulistana; alguns erros e discrepâncias encontramos em sua obra, que são efeitos de informações errôneas por ele colhidas, na impossibilidade de consultar pessoalmente alguns desses arquivos: e estes mesmos erros provavelmente encontrareis neste nosso trabalho, pois que, em relação as gerações de hoje, que aí vem descritas, nos guiamos por informações; entretanto ser fácil ao leitor corrigi-los na parte que lhes toca, ficando certo que, correta a ascendência de seus avós provada, como está, por documentos.

Escrevemos, alem da introdução, 52 títulos de famílias diversas que vieram na maior parte nos princípios da povoação de S. Vicente e S. Paulo, e poucas no fim do século 16º e princípio do 17º, as quais vão distribuídas em 8 volumes de 550 paginas cada um" [o 9º é de índice, com um adendo genealógico e desenhos de árvores de costado].

O escopo da *Genealogia Paulistana* está claramente traçado nessa introdução "Ao Leitor". Ao final da introdução o autor ainda faz um agradecimento aos escrivães dos cartórios de órfãos e da provedoria do Estado de S. Paulo e ao de Curitiba, aos vigários das paróquias da diocese de S. Paulo, e ao da paróquia de Curitiba.

A *Genealogia Paulistana* tende, pois, para uma "genealogia descendente" completa, já que seu autor "quis, malgrado a dispersão no espaço tanto das fontes como das pessoas, enumerar todos os membros das famílias estudadas fazendo acompanhar sua identificação nominativa de suas características genealógicas essenciais (data e lugar de nascimento, de casamento e de falecimento), bem como informes mais ou menos abundantes" recolhidos sobre as suas atividades e atuações.¹⁹

¹⁸ Os nove volumes da *Genealogia paulistana*, publicados entre 1903-05, ganharam uma 2ª edição em 2002, revisada e aumentada sob a coordenação de Marta Amato, em formato eletrônico (CD-Rom).

¹⁹ JETTE, René e CHARBONNEAU, Hubret, *Généalogies descendantes et analyses démographiques*, in *Annales de Démographie Historique, Société de Démographie Historique*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984, p. 46.

A obra de Silva Leme, permite seguir indivíduos e famílias nos seus eventuais “périplos migratórios”.²⁰ E acompanhar esses “périplos migratórios” significa acompanhar processos de povoamento, de ocupação do território. É preciso sublinhar que estamos tratando de uma região povoada a partir de 1532, que até a terceira década do século XVIII já tinha 23 vilas consolidadas e seus distritos (11 no litoral e 12 no interior) estabelecendo uma longa faixa de ocupação que se estendia pelo litoral e o interior desde os limites da então Capitania do Rio de Janeiro até a baía de Paranaguá, no atual Estado do Paraná e, desde aí, pelo litoral, até os limites com o atual Estado do Rio Grande do Sul. Na faixa ocupada, o ponto mais afastado do litoral era a vila de Itu, a cerca de 174 km de distância do porto de Santos.

A *Genealogia Paulistana* permite, desde já, ainda que falte uma base empírica suficiente, a colocação de questões a serem pensadas e desenvolvidas num vasto projeto de estudos, a ser paulatinamente implantado, baseado na constituição de “genealogias sociais”: um projeto de “demografia de povoamento”. A largueza de dados de ordem demográfica que apresenta, envolvendo alguns milhares de indivíduos, ao longo de c. de 370 anos (1532-1902), partindo de 52 troncos fundantes), insinuam situações relativas à estratégias matrimoniais, herança, acesso à propriedade agrária, reprodução de hierarquias sociais, constituição de quadros das elites, fluxos migratórios internos (regional e intercolonial) e externos (transoceânicos) etc. etc

A *Genealogia Paulistana* é apenas um estudos das elites? Creio que não, ainda que se desenvolva a partir dos 52 títulos de famílias (apelidos/sobrenomes), os denominados troncos-fundadores dos quais saíram aqueles que configuraram a “nobreza da terra”; ainda que deixe de fora ramificações deles e muitos outros “troncos”, e mais as populações escravas, nativas ou afro-negras e os bastardos despossuídos que povoaram a terra: o evoluer dessas 52 famílias no espaço e no tempo histórico e social, aponta, para além da mobilidade delas no espaço, para situações diferenciadas na hierarquia social e nas relações de poder do que vem sendo chamado de “antigo regime”.

Lacunas? Muitas. Mas que uma metodologia de tratamento demográfico deverá corrigir, explorando a partir dessa base, as possibilidades que se abrem. Como as fontes desses movimentos populacionais no espaço não são apenas internas, regionais em sua maior parte, mas também externas, reinóis, esse projeto de “demografia de

²⁰ BIDEAU, A. e POULAIN, M., op. cit., p. 55.

povoamento”, trabalhando inicialmente a partir da “base de dados” fornecida pela Genealogia Paulistana, terá que sempre levar em consideração os fenômenos migratórios de longa distância, ou seja, as translações de gentes do Reino (renóis) para as “partes” do Brasil.

Mais ainda. Tal projeto pode integrar-se a um projeto maior, de **Fluxos de Populações Portugal-Brasil**, pensando nos fluxos migratórios continuados entre Portugal e Brasil, menor no que se refere aos “retornados”, entre os séculos XVI e princípios do XIX, período em que politicamente o Brasil esteve submetido àquele país europeu, fluxos que praticamente não tiveram solução de continuidade, já como imigração depois da independência, em 1822, de portugueses para cá. Entre o início dos anos de 1880 e os anos de 1930, assistiu-se a uma imigração em massa de portugueses para o Brasil.

A origem reinól/portuguesa dos colonos de São Paulo, seus destinos aqui, bem como os fluxos migratórios Reino-Colônia são perceptíveis na *Genealogia Paulistana*, apesar do percentual bem significativo de nomes a quem o autor atribuiu simplesmente “Portugal” como origem. Secularmente predominam as proveniências de freguesias e vilas do Norte português, compreendendo as regiões durienses e minhotas. Nos séculos XVII e XVIII a expressivas levas saídas da zona de Lisboa e das ilhas de Açores e Madeira (o fluxo de ilhéus é maior no XVIII). Não faltam, entre os colonos de S. Paulo, vários transmontanos e beiraltenses e, em número inferior, adventícios da zona central (Coimbra, Aveiro, Leiria), do Alentejo e do Algarves.

A vantagem do esforço empreendido pelo genealogista Silva Leme é, portanto, de que, estabelecendo-se a crítica pertinente, seu trabalho já oferece um ponto de partida para intercâmbios com os projetos de pesquisas e estudos de mesma natureza que estão sendo desenvolvidos em Portugal, com suas “bases de dados”.

O programa desenvolvido pelo NEPS – Núcleo de Estudos de População e Sociedade, formado junto ao Departamento de História da Universidade do Minho, no Pólo de Azurém, Guimarães, Portugal na última metade da década de 1990, com vistas à estudos globais de agrupamentos sociais a nível local, regional e nacional, tem relações objetivas com a história da nossa formação e com os projetos extensos de estudos de população a serem desenvolvidos aqui.

A metodologia adotada pelo NEPS, de “**reconstituição de paróquias**”, é similar à da constituição de “**genealogias sociais**”, que vem sendo empreendida na França, utilizando um leque de fontes ampliado, procurando para além dos registros paroquiais,

o cruzamento ainda de dados coletados em passaportes, fontes fiscais, livros de registros de mesteres, róis de confessados, atos notariais, testamentos, inventários, etc.

A impulsadora e gestora do projeto, Prof^a Maria Norberta Amorim, já havia testado a metodologia que denominou de “reconstituição de paróquias” num trabalho que desenvolveu com três paróquias do sul da ilha do Pico, no arquipélago português dos Açores. Construiu uma “base de dados” “em que figura, em encadeamento genealógico, a trajetória de vida de cada residente protagonista de acto vital registrado pelos párocos nos últimos trezentos anos”.²¹

Acreditando que “a metodologia de reconstituição de paróquias está preparada para facilitar” a construção de uma história social ampla, fundada em relações qualitativas e quantitativas, tem procurado desenvolver um trabalho sistemático que vai pouco a pouco abrangendo todo o norte de Portugal.

As genealogias sociais, genealogias descendentes, que o núcleo vem produzindo, paróquia a paróquia, cruzando fontes as mais diversas, para além dos registros paroquiais, possibilitam precisar a posição social das gerações sucessivas e sua evolução, permite análises sócio-demográficas mais finas.

Conforme a Prof^a Norberta Amorim, ao construir as “histórias de vida”, encadeadas genealógicamente, “em enquadramentos geográficos e institucionais definidos”, oferece-se um ponto de interseção de fontes históricas “com diversificada informação de ordem sociológica”.²² De acordo com ela, esses estudos globais, no território, essas “histórias de vida” são possíveis pela “reconstituição de paróquias”, objeto de uma metodologia diferenciada da “reconstituição de famílias”, o que possibilita, segundo ela, não só estudar aqueles fenômenos de base (nupcialidade, fecundidade, mobilidade e mortalidade) como, ao mesmo tempo, “oferece à análise social uma plataforma segura de inserção”.²³

Os trabalhos desenvolvidos pela Universidade do Minho, indispensáveis, são, todavia, difíceis, morosos, exigindo, obviamente, muitas equipes em campo e no trabalho de tabulação e informatização dos dados. Mas assim são todos os projetos com perspectivas amplas e bem estruturados.

²¹ AMORIM, Maria Norberta, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul de Pico, 1680-1980*, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1994, p. 6.

²² AMORIM, Maria Norberta, *Demografia histórica: um programa de docência*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Guimarães, 1995, p. 7.

²³ AMORIM, Maria Norberta, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul de Pico, 1680-1980*, p. 14.

As “bases de dados” que estão sendo produzidas pela Universidade do Minho, com informações que vão desde o século XVI ao XX, podem, sem dúvida, suprir e articular melhor os dados relativos à gente que se trasladou para essa parte da América de colonização portuguesa. É possível que muita gente apareça em documentos das localidades portuguesas com a indicação de que ausentou-se dali, “foi para o Brasil”, “está no Brasil”, “morreu no Brasil”, etc.. Mas, aonde irão se acostar essas informações para comporem trajetórias de migrantes? E quando em Portugal não há documentos onde venha indicado que tal ou qual indivíduo que deixou a sua localidade tenha tomado tal ou qual rumo, como se pode saber do destino americano dele? No Brasil não há bases de dados em elaboração que permitam a identificação/qualificação desses migrantes e imigrantes.

Que pontes, afinal, podemos estabelecer com aqueles arquivos demográficos do Minho? Pensando em termos do Brasil-Português, uma genealogia descendente “completa” como a que elaborou Luís Gonzaga da Silva Leme para S. Paulo, pode ser, desde já, um ponto de apoio para se enfrentar, no Brasil, os estudos de demografia antiga que se orientem para os fenômenos de mobilidade geográfica e espacial que, no caso brasileiro, vão contribuir para o entendimento do processo de formação territorial, de povoamento, de estruturação de agregados sócio-econômicos. Doutra parte, cabe investir na constituição de bases de dados sob a forma de encadeamentos genealógicos, estabelecendo “reconstituições de paróquias” ou “genealogias sociais”, como quer Adeline Daumard, que respondam à “questões relativas às estruturas sociais e sua evolução, à formação de diversos ambientes humanos e às relações sociais”, etc. etc.²⁴

²⁴ DAUMARD, A., op. cit., p. 10.